



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA AMANDA GENTIL**

**COMISSÃO ESPECIAL SOBRE A 1ª INFÂNCIA – DIREITOS E GARANTIAS
CONSTITUCIONAIS – PEC Nº 34/2024**

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N. _____, DE 2025

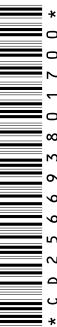
Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito **Comissão Especial sobre a 1ª Infância – Direitos e Garantias Constitucionais – PEC nº 34/2024** com a finalidade de ouvir especialistas, a fim de debater sobre o **Desenvolvimento integral e políticas públicas, o desafio da intersetorialidade.**

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., nos termos do Art. 24, Inciso III, combinado com o Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública no âmbito da **Comissão Especial sobre a 1ª Infância – Direitos e Garantias Constitucionais – PEC nº 34/2024.**

Para tanto, sugere-se o convite aos seguintes expositores:

- Tiago Lisboa Bartholo, Doutor em educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE-UFRJ) e do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAp-UFRJ). Foi pesquisador visitante na Universidade de Durham, da Universidade de Birmingham e na Universidade de León. É membro dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq “Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais” da UFRJ e “Educação e Infância: políticas e práticas” da Fundação Carlos Chagas;
- Vital Didonet, da Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI);
- Representante do Comitê Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância do Distrito Federal;





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA AMANDA GENTIL**

- Representante do Unicef Brasil; e
- Representante da Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA).

JUSTIFICATIVA

A **Proposta de Emenda à Constituição nº 34/2024** reforça o compromisso do Estado brasileiro com a promoção do **desenvolvimento integral da criança**, reconhecendo que a primeira infância é a base sobre a qual se constroem todas as dimensões do ser humano — física, cognitiva, emocional e social.

Contudo, a efetivação dos direitos da criança na primeira infância exige **ação coordenada entre diferentes áreas de governo e políticas públicas integradas**, o que ainda representa um grande desafio para a gestão pública brasileira. A fragmentação institucional e a ausência de mecanismos de governança intersetorial comprometem a efetividade das ações voltadas à infância, muitas vezes restringindo-se a programas setoriais de educação, saúde ou assistência social, sem articulação entre si.

A presente audiência pública tem como objetivo **aprofundar o debate sobre os caminhos e instrumentos necessários para garantir a intersetorialidade nas políticas públicas de primeira infância**, com foco na articulação entre União, estados e municípios, bem como na cooperação entre diferentes ministérios, secretarias e órgãos públicos.

A presença de especialistas como **Tiago Bartholo, Vital Didonet** e representantes de instituições de referência — como o **UNICEF**, o **Comitê Gestor Intersectorial do DF** e o **NECA** — permitirá a troca de experiências bem-sucedidas e a construção de estratégias concretas para a implementação de políticas públicas integradas e baseadas em evidências.

A discussão também se alinha aos princípios constitucionais da **eficiência administrativa, da proteção integral e da prioridade absoluta** previstos no artigo 227 da Constituição Federal, reafirmando que **somente a atuação conjunta e coordenada das diferentes áreas de governo pode assegurar o pleno desenvolvimento da criança**.

Assim, esta audiência pública pretende subsidiar os trabalhos da Comissão Especial, contribuindo para o aprimoramento da PEC nº 34/2024 e para o fortalecimento de uma agenda nacional de políticas intersectoriais, equitativas e sustentáveis voltadas à primeira infância.

Sala das Comissões, em _____ de outubro de 2025.

AMANDA GENTIL
Deputada Federal
PP/MA

